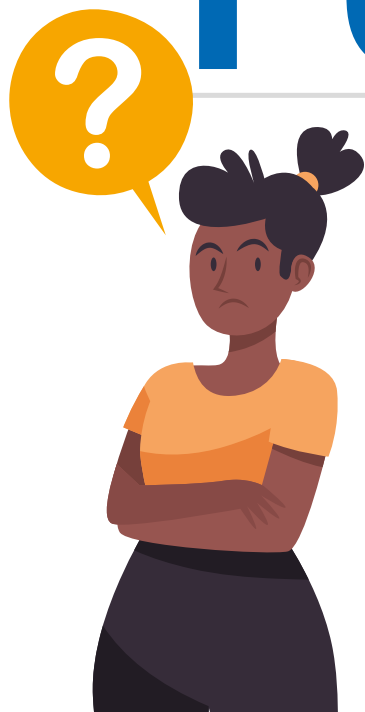


Folha Bancária

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do
Ramo Financeiro de São Paulo, Osasco e Região CUT

São Paulo
outubro de 2023
número 6.270

O Imposto Sindical vai voltar?



Essa não foi a decisão do STF, mas ataques e fake news confundem o trabalhador. A quem interessa enfraquecer os sindicatos?

Desde que o STF decidiu que a contribuição assistencial aos sindicatos é constitucional, em 31 de agosto, intensificaram-se ataques e fake news sobre o assunto, inclusive pelas grandes empresas de mídia (a quem pode interessar sindicatos fracos e empregados não organizados). Uma dessas mentiras é a de que a decisão representa a volta do imposto sindical; outra é a de que essa contribuição seria mensal.

Nada disso é verdade. A contribuição assistencial aprovada pelo STF não se confunde com o imposto sindical e nem será um desconto mensal no holerite do trabalhador. O STF reconheceu que ela é legítima, desde que aprovada em assembleia.

É assim no Sindicato: a contribuição é aprovada de forma democrática e transparente em assembleia da Campanha. A mesma que aprova o acordo para renovação da CCT, que prevê reajustes nos salários, na PLR, nos vales e todos os demais direitos. Direitos esses

que são usufruídos por todos os bancários de norte a sul do país, sejam eles sindicalizados ou não.

A contribuição negocial também é referendada pela categoria na consulta nacional que antecede a Campanha: mais de 70% apontaram que era justa a cobrança da taxa para todos, uma vez que não sindicalizados também usufruem das conquistas, e uma vez que qualquer entidade precisa ser financiada para dar continuidade à luta.

“A melhoria nas condições de vida e trabalho da sociedade, nas últimas décadas, tem a ver com o processo negocial e a luta dos sindicatos. A criação dos sindicatos foi uma resposta da sociedade para a falta de regras de trabalho, jornada e remuneração. Infelizmente, tivemos um retrocesso com a reforma trabalhista e vemos isso com os trabalhadores informais. Manter a luta coletiva exige o fortalecimento dos sindicatos”, destaca a presidenta do Sindicato, Neiva Ribeiro.

≠ Você sabe a diferença?

Imposto sindical

Criado no governo Vargas, em 1943, era uma taxa obrigatória que correspondia a um dia de trabalho no ano (3,33% do salário). O Sindicato sempre foi contra, por defender que a contribuição deveria ser aprovada democraticamente pela própria categoria. Até 2005, o Sindicato manteve liminar que proibia o desconto, e quando ela foi derrubada, passou a devolver os valores aos bancários com matrícula ativa na entidade. O imposto sindical passou a ser facultativo com a reforma trabalhista de 2016.

Contribuição assistencial

Para financiar o processo negocial, o Sindicato contava com a contribuição assistencial, aprovada em assembleia. Correspondia a um percentual menor que o do imposto sindical, e também era descontada apenas uma vez ao ano. A entidade abria prazo para a contestação da taxa.

Contribuição negocial

É o modelo que o Sindicato adota hoje. O desconto, feito uma única vez ao ano, é aprovado na assembleia que também aprova o acordo salarial. A mesma assembleia pode fazer oposição ao desconto ou aprová-lo.

Mensalidade

O Sindicato não cobra mensalidade de não sócios. Apenas a contribuição negocial anual.



Sindicato forte resulta em direitos

Nunca esqueça! Os direitos que você tem hoje vieram da luta da categoria organizada em seus sindicatos. Não vieram da “generosidade” dos bancos (até porque sabemos que isso não existe, não é mesmo?!). Eles foram conquistados com greves, mobilizações ou pressão dos trabalhadores nas mesas de negociação com a Fenaban (federação dos bancos - o sindicato patronal). E dependem dessa mesma luta organizada para que sejam mantidos (saiba: os bancos já ameaçaram acabar com alguns desses direitos).

RELEMBRE APENAS ALGUMAS DESSAS CONQUISTAS



VA E VR

Os vales refeição e alimentação que você tem hoje foram conquistados nas Campanhas de 1990 (o VR) e de 1994 (o VA). Em 2007, foi conquistada a 13ª cesta-alimentação.

PLR



A categoria bancária foi a primeira no Brasil a conquistar a PLR, em 1995. Esse direito avançou em 2006, com a conquista do valor adicional (mais 2% do lucro líquido distribuídos de forma linear).

JORNADA DE 6 HORAS

Foi uma conquista de 1933!

FIM DO TRABALHO AOS SÁBADOS



Em 1962, os bancários conquistaram o direito de não trabalhar aos sábados. Em 2019, o Sindicato lutou para

manter essa conquista: fechou acordo com a Fenaban que impedia o trabalho aos sábados, anulando assim os efeitos da MP 905 (do governo Bolsonaro).

ABONO-ASSIDUIDADE

Categoria tem direito de folgar 1 dia no ano, conquistado em 2013.

13º SALÁRIO

Foi uma conquista de todos (bancários e demais categorias), em 1961

LICENÇA-MATERNIDADE AMPLIADA

A lei determina 120 dias, mas a categoria conquistou, em 2009, o direito de as mães bancárias ficarem 180 dias com seus bebês.

LICENÇA-PATERNIDADE AMPLIADA

Em 2016, a conquista foi para os papais bancários, que desde então podem ficar 20 dias com seus bebês recém-nascidos (antes eram 5).

MESA ÚNICA COM BB E CAIXA

Em 2003, a categoria realizou a 1ª campanha salarial unificada, com a inclusão dos bancários do BB e da Caixa e, após greve, trabalhadores dos bancos públicos conquistaram a mesma PLR dos bancos privados. Em 2006, BB e Caixa assinaram, pela primeira vez, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) junto com os demais bancos privados.

Sindicatos são instituições democráticas

Leia artigo da presidenta do Sindicato mirando no QR Code ao lado



Bancos estão enrolando no debate das metas

Na Campanha de 2022, a negociação com a Fenaban garantiu o compromisso da discussão das metas em mesas de negociação por bancos. Essa conquista resultou na cláusula 87 da CCT. A cláusula determina que as metas sejam debatidas, ainda em 2023, entre bancos e suas respectivas comissões de empregados, e nos bancos que não tiverem COE ou CEE, que a mesa ocorra após solicitação formal do Sindicato.

Algumas mesas já ocorreram mas, em todas elas, os bancos apenas fizeram uma apresentação protocolar. Em geral o roteiro é o mes-

mo: os bancos apresentam um programa de metas que não condiz com a realidade, sem metas abusivas; e quando o sindicato cobra dados, eles protelam e não informam.

“Dados do INSS mostram que a categoria bancária é uma das que mais adocece por conta das metas abusivas. Esse é, portanto, um tema sensível e primordial para os bancários e bancárias, e queremos que os bancos levem a sério, vindo para a mesa de fato dispostos a discutir o problema”, destaca a secretária-geral do Sindicato, Lucimara Ma- laquias.

A importância do tema para os trabalhadores é comprovada pela consulta nacional deste ano, que contou com a participação de mais de 35 mil bancários e bancárias. Quando questionados sobre os impactos da cobrança excessiva pelo cumprimento de metas, 77% citaram “cansaço, fadiga e preocupação constante”; 54% falaram em “desmotivação, vontade de não ir trabalhar, medo de estourar”; 51% relataram “dor ou formigamento nos ombros, braços ou mãos”; 44% afirmaram sofrer de “crises



de ansiedade/pânico”; e 42% possuem “dificuldades para dormir, mesmo aos finais de semana”.

“Os bancários estão adoecendo, e discutir metas foi um compromisso firmado na Campanha Nacional”, reforça a dirigente.

Saúde Caixa: empregados não podem ser prejudicados

A Caixa e o Saúde Caixa amargam hoje as consequência dos ataques pós-golpe (2016) e pós-governos de direita. Agora, em meio às negociações para a renovação do acordo específico do Saúde Caixa, os empregados estão mobilizados na luta pela melhoria do plano.

As principais reivindicações são: fim do teto de 6,5% sobre o custeio do banco (previsto no estatuto desde 2017); a manutenção dos 70/30 da coparticipação (70% para a Caixa e 30% para os empregados); a permanência dos princípios da solidariedade e do pac-



to intergeracional; Saúde Caixa para todos; e a melhoria e ampliação da rede credenciada.

“Nós não abrimos mão do princípio de solidariedade e do pacto intergeracional, pois é o que garante que

os planos não sejam reajustados conforme a idade do usuário. Esse é um dos diferenciais fundamentais do plano de saúde de autogestão por RH. O Saúde Caixa tem de ser uma política de RH e não uma política de benefício”, des-

taca o diretor do Sindicato, Chico Pugliesi.

O dirigente lembra que foi justamente o sucateamento do banco nas gestões Gilberto Occhi (governo Temer) e Pedro Guimarães (governo Bolsonaro), com redução de pessoal, gestão pelo medo, assédios moral e sexual, que adoeceram os empregados. “Nós, os empregados, não podemos pagar o preço.”

O Sindicato está organizando a mobilização, chamando plenárias e atos, como Dias Nacionais de Luta em 17 e 30 de outubro.

Sindicato participa do Plano de Igualdade Salarial

O Sindicato está participando da elaboração do novo Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens. A primeira reunião do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) definiu regras para a Lei nº 14.611/2023, com o objetivo de garantir maior eficácia dos instrumentos de enfrentamento às desigualdades no local de trabalho.

O GTI será coordenado pelo Ministério das Mulheres e do Trabalho e Emprego; e reunirá representantes de ministérios, do Legislativo, organizações da sociedade civil, sindicatos, universidades, entre outros.

O convite ao Sindicato é fruto das décadas de luta da entidade na defesa da igualdade de oportunidades. A entidade foi uma das



Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato

primeiras a conquistar uma mesa de negociação específica sobre o tema. A mesa de Igualdade de Oportunidades já resultou em avanços importantes para mulheres, negros, LGBTQIA+ e PCDs (Pessoas com Deficiência) no setor bancário.

“A categoria bancária tem conquistas importantes, após muita luta, na promoção da igualdade entre homens e mulheres. Nossa CCT é referência para os

trabalhadores. A mesa de igualdade de oportunidade é um espaço contínuo que vai além da data-base. Vale destacar a conquista de cláusulas importantes como a isonomia de direitos para casais homoafetivos, ampliação da licença-maternidade e paternidade e o combate ao assédio sexual e à violência contra a mulher, além de incluir o debate sobre assédio moral, entre outros”, destaca Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato.

Informe-se com o Sindicato

O Sindicato está em todos os lugares. Atua na defesa dos direitos de trabalhadores de grandes bancos e de todas as demais instituições do setor financeiro como Daycoval, C6 Bank, PicPay, BMG e outros banco, além de cooperativas de crédito, financeiras e fintechs.

Para acompanhar nossas



ações, acesse o spbancarios.com.br e siga a gente no Youtube, Instagram, Facebook, Tiktok e LinkedIn (em todas as redes, nosso

perfil é [@spbancarios](https://www.instagram.com/spbancarios)). Você também pode receber as notícias de seu banco e outras de seu interesse cadastrando-se na nossa newsletter: materiais.spbancarios.com.br/cadastro

Assista também ao Resumo da Semana, que vai ao ar às sextas, às 18h, no Youtube, Face e Reels.

Pesquisa Saúde



A categoria bancária é uma das que mais adoece em função do trabalho. Para investigar o problema, a Contraf-CUT lançou, em parceria com o Instituto de Psicologia da UNB, a pesquisa “Avaliação dos Modelos de Gestão e das Patologias do Trabalho Bancário”. A pesquisa pode ser respondida até 31 de outubro. Participe, pois os dados vão nos ajudar nas ações da campanha “Menos Metas, Mais Saúde”.

Participe!



Invista em quem te defende



Todos os direitos da categoria vêm da união e mobilização dos trabalhadores. Para fortalecer essa luta, manter direitos e avançar em novas conquistas, junte-se ao Sindicato!

Fique sócio

